

A CARTA POLÍTICA E O SEU PODER PONENTE A PARTIR DE UMA VISÃO UNIVERSALISTA

THE POLICY LETTER AND ITS SETTING POWER FROM A
UNIVERSAL VIEW

Alexandre Coutinho PAGLIARINI

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa. Doutor e Mestre pela PUC/SP. Conferencista, Advogado.

Resumo

Este texto estuda as possibilidades de exercício do poder constituinte na comunidade internacional. Mas, antes, expõe como era o poder constituinte na realidade do Estado nacional nos tempos modernos. Para concluir pela possibilidade de um poder constituinte supranacional, o texto insere o constitucionalismo na pós-modernidade atual.

Palavras-chave: direito constitucional; direito internacional; poder constituinte nacional; poder constituinte da comunidade internacional; neoconstitucionalismo.

Abstract

This text studies the possibilities of constitutive power exercise in International Community. But, before that, it exposes how constitutive power was considering the reality of national State in modern times. In order to conclude that a supranational constitutive power is possible, the text inserts constitutionalism in the current post-modernity.

Key-words: constitutional law; international law; national constitutive power; constitutive power in the International community; neo constitutionalism.

1 Poder constituinte no estado: significação tradicional e casos de ocorrência

Passaremos a tecer, doravante, algumas considerações sobre o exercício do poder constituinte originário.

Para os positivistas, o poder constituinte é pré-jurídico, quer dizer, é uma manifestação de força ou uma energia social não encontrada no mundo das normas positivadas.

Diferentemente, os adeptos da doutrina jusnaturalista – inaugurada constitucionalmente, quanto ao poder constituinte, pelo abade Sieyès – ensinam que há um direito superior decorrente da própria natureza humana, além do Direito positivo, que precede o próprio Estado, sendo assim o poder constituinte um poder eminentemente jurídico.

O entendimento positivista encontra melhor acolhida na doutrina. Isto porque a norma hipotética fundamental, apesar de propiciar fechamento ao sistema jurídico, não é posta, é pressuposta, ou, como Kelsen desejou em sua derradeira obra *Teoria Geral das Normas* –, uma norma fictícia.¹

O tema poder constituinte foge do alcance da Ciência do Direito porque não podem os cientistas do Direito descrever uma latência social e política (o poder constituinte) com as fórmulas axiológicas usadas na interpretação das normas jurídicas. O que se faz ao estudar ou a descrever o tema é mais ligado às práticas da Filosofia, da Política ou da Sociologia, mas não da Ciência do Direito, já que esta tem por padrão referencial o Direito positivo que, por sua vez, surge com a instituição da Constituição.

Classificamos o poder constituinte como uma latência social e política que se encontra em “stand by” (em espera) para, quando acionada, inserir no ordenamento, pelo lado de fora deste, elementos constitucionais-estruturantes de uma ordem política qualquer.

Celso Ribeiro BASTOS² doutrina que “[...] descabe qualquer indagação a respeito de um poder constituinte, nos lindes da Ciência Positiva do Direito, pois se trata, como vimos, de um conceito metajurídico”. E conclui Bastos: “[...] em vista do que ficou acima exposto, parece certo concluir que o poder constituinte não é um poder jurídico [...]”.

Raul Machado Horta faz interessante análise, colocando face a face os dois tipos de poder constituinte, o originário e o derivado.³ Parte Machado Horta do princípio de que o poder constituinte originário não tem que seguir nenhuma regra de Direito que seja anterior à sua manifestação, neste prisma devendo ser considerado como uma questão de fato, e não de Direito. Por outro lado, o poder constituinte derivado⁴, criado e delimitado pelo próprio poder constituinte originário, deve seguir as regras positivas de Direito inseridas no documento

1 Kelsen, *Teoria geral das normas*, p. VIII.

2 BASTOS, *Curso de Direito Constitucional*, p. 28.

3 Firme-se aqui o entendimento de que poder constituinte derivado é, na realidade, poder constituído, estando, portanto, no ordenamento posto.

4 Sobre o Congresso Nacional brasileiro no exercício da função de reformar a Carta: TAVARES. O Congresso Nacional como poder constituinte. In: FERREIRA, Josué dos Santos (org.). *Os meandros do Congresso Nacional: como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*. Rio de Janeiro: Forense; Brasília: Senado Federal – Câmara dos Deputados, 2001, p. 329-359.

normativo superior, que é a Constituição. Com base nessas premissas, Machado Horta extrai duas conclusões essenciais do pensamento de Carré de Malberg.⁵

O poder constituinte se manifesta de várias formas, mas tem sido sempre inserido numa das duas categorias classicamente aceitas pela doutrina: na categoria do poder constituinte originário ou na do poder constituinte derivado.⁶ Contudo, apesar de a doutrina ser rica na descrição das várias formas de manifestação constituinte, entendemo-la, *data venia*, acanhada na denominação dos poderes constituintes caso a caso. Por isso, passamos a classificar as manifestações constituintes com os nossos próprios⁷ neologismos, que se seguem:

1. poder constituinte originário de ruptura internacional: é aquele que se dá na oportunidade da independência de uma nação anteriormente vinculada a um Estado que a englobava em termos de soberania. Como exemplo de tal espécie, podemos citar o primeiro constituinte histórico brasileiro, após a Independência;
2. poder constituinte originário de gênese: é aquele que cria um Estado do nada. Acontecerá, na vida política contemporânea, quando, por exemplo, a nação palestina constituir-se no Estado da Palestina;
3. poder constituinte originário de ruptura interna: ocorre nas ocasiões de tomada revolucionária do poder, com desprezo ao ordenamento jurídico-constitucional posto, impondo-se outro que

5 HORTA. *Direito Constitucional*, p. 29: “Primeira: a Constituição nova não será confeccionada segundo o processo, o modo constituinte e as formas que foram prescritas na Constituição anterior. Entre a Constituição antiga, da qual se fez tábua rasa, e a Constituição nova, que está sendo criada, não há relação jurídica. O que passa a existir entre ambas é o interregno constitucional, uma solução de continuidade, durante a qual o poder constituinte da nação se exprimirá através das pessoas ou corporações que empolgaram o poder. A questão do poder constituinte se coloca nos termos da formação originária do Estado: é uma questão de fato e não de direito. Por isso, o poder constituinte não é tema jurídico. E sendo fato puro e revolucionário, o positivismo jurídico rejeita o seu exame, pois não há espaço na ciência do direito público para um capítulo consagrado à teoria dos golpes de Estado ou das revoluções e de seus efeitos.

Segunda: o jurista deve concentrar-se no estudo de outra forma de poder constituinte, que é a da reforma pacífica, regular, jurídica, da Constituição em vigor. A reforma pode ser mais ou menos extensa, tendo por objetivo a revisão da Constituição, em determinados pontos, ou a ab-rogação e a substituição de uma Constituição por outra. A mudança constitucional, seja ela total ou parcial, se fará de acordo com as regras fixadas pela Constituição, de tal modo que a Constituição nova, quando for o caso da revisão total, nascerá da antiga, sem solução de continuidade. A nação, uma vez exercido o poder constituinte revolucionário e extrajurídico, poderá mudar de Constituição, observando as regras jurídicas da Constituição anterior.”

6 Linhas adiante, faremos severas críticas contra a expressão poder constituinte derivado, que dá uma noção errada de tal força, que classificamos simplesmente como poder reformador.

7 PAGLIARINI. *Constituição e Direito Internacional: cedências possíveis no Brasil e no mundo globalizado*, p. 53.

não se limite pelos ditames daquele que está sendo superado. Exemplo dessa manifestação constituinte foi a Constituição de 1891;

4. poder constituinte originário de nova ordem – previsto pela velha ordem: é aquele que ocorre pacificamente quando uma Assembléia Nacional Constituinte é prevista por um ordenamento jurídico, que se vai fazer ultrapassar pela manifestação constituinte dessa Assembléia Constituinte instituída pela própria velha ordem. Neste caso, a Assembléia criada – dentro do ordenamento jurídico da própria velha ordem – terá amplos poderes para se manifestar de maneira soberana e criar originariamente o novo Estado ou a nova ordem que melhor lhe convier, respeitadas as delimitações procedimentais impostas pela emenda constitucional da velha ordem que a propiciou. Prova da existência histórica desse tipo de manifestação constituinte é a Carta de 1988, cujo poder constituinte foi convocado e regulado pela Emenda Constitucional n. 26, de 17 de novembro de 1985;

5. poder constituinte derivado com data marcada: é o quinquenal, previsto na vigente Constituição portuguesa. Foi o previsto no art. 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – da Constituição de 1988. Como visto, é sempre limitado, implícita e explicitamente, pelas disposições postas pelo poder constituinte originário na Carta Magna. Equivale a um poder reformador (ou força reformadora);

6. poder constituinte derivado sem data marcada: é a manifestação constituinte instituída, derivada, que tem como exemplo máximo o art. 60 da Carta brasileira em vigor, que trata das emendas constitucionais que venham tramitar perante o Congresso Nacional. Equivale a um poder reformador (ou força reformadora).

Com a classificação supra, encerramos a exposição concentrada acerca da natureza do poder constituinte. Passamos a dissertar sobre os modos pelos quais os países, internamente falando, vêm exercendo os seus poderes constituintes.

A ideia inicial de poder constituinte é revolucionária, traz consigo a expectativa de uma ruptura. Efetivamente, rompe-se com a ordem anterior e insere-se uma outra.

No final do parágrafo passado, falamos no rompimento de uma ordem e na inserção de outra. A ordem rompida não é necessariamente uma ordem constitucional formalizada. Foi isto o que ocorreu na França de 1789. A monarquia não era detentora de uma Carta Política solenemente aprovada, que regia o seu governo e servia como fundamento de validade das demais normas infraconstitucionais. Não havia, na época, Constituição formal. Esta é produto

do constitucionalismo moderno, que passou a positivizar Cartas formalizadas, solenemente, a partir das Constituições dos Estados Unidos da América e da França. De qualquer modo, a primeira Constituição formal francesa, elaborada pelo poder constituinte revolucionário, desestabilizou o antigo regime. Com isso, queremos dizer que esta Constituição francesa promoveu uma superação de sistema: quebrou a ordem absoluta monarquista que a antecedeu.

Poder constituinte, portanto, significa sempre o exercício de uma latência sociopolítica que culminará na quebra da ordem político-jurídica que a nova ou primeira Magna Carta formalizará. Neste sentido, a primeira Constituição histórica francesa, a despeito de não ter revogado nenhuma Carta Política formal antecedente, induziu ao sepultamento do governo dos reis absolutos.

Há poder constituinte em exercício, contudo, fora do contexto revolucionário, continuando tal poder, mesmo assim, com a marca “constituinte”. Isto se dá quando, num Estado já dotado de Constituição e em que não se verifica rebelião ou revolução contra as instituições postas, passa a manifestar-se o poder constituinte pela convocação popular instigada, por exemplo, pelas autoridades previstas no sistema para cumprir tal desiderato (por exemplo, no caso de uma emenda constitucional apresentada pelo presidente da República e aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional). Foi exatamente isso o que ocorreu no caso do poder constituinte da Carta de 1988, quando o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 26, tendo esta convocado o eleitorado brasileiro para, nas eleições vindouras para a nova composição do Parlamento bicameral, eleger os novos constituintes, tendo os senadores e deputados eleitos acumulado a função constituinte.⁸

Não há poder constituinte, propriamente dito, naquilo que a doutrina costuma chamar de poder constituinte derivado. Neste, não há a marca inicial indispensável para que o exercício do poder possa ser considerado como primário e livre. Na realidade, o poder constituinte derivado não pode fazer, do zero, uma Constituição. Trata-se, pois, não de poder constituinte, mas de poder constituído, respeitante dos limites postos pelo poder constituinte – propriamente dito, o originário – na Carta. Logo, melhor seria denominar o poder constituinte derivado de poder reformador, simplesmente. Reformador, e só, porque não pode instituir uma nova ordem estatal estruturante de um novo cosmos a partir de uma nova Carta Política; reformador, e só, porque se encontra enquadrado num espectro de limitações criadas e instituídas por aquele que, verdadeiramente na Carta, fixou os espaços em que o poder reformador poderia atuar; reformador, mas às vezes nem isso, porque, dependendo da rigidez escolhida pelo poder constituinte

⁸ Tal acumulação merece a crítica de todos, uma vez que, em tese, poderiam os senadores e deputados eleitos usar a nobreza da manifestação constituinte em causa própria.

originário na Carta Magna, o “poder constituinte derivado” (poder reformador) nem pode atuar.⁹

De qualquer modo, se considerarmos poder constituinte como a “força capaz de inserir no ordenamento norma constitucional”, então poderemos aceitar o poder reformador como poder constituinte. Mas não o fazemos por causa do problema semântico: constituir é sinônimo de instituir.

Constituir¹⁰, instituir: expressões que dão uma ideia de originalidade ou capacidade de instituir. Tal característica não reside na representação daquilo que pode fazer o poder reformador. O poder constituinte originário, ele sim, não só pode mudar as atuais cláusulas pétreas da Constituição Brasileira, como também pode rasgar o atual ordenamento constitucional, inserindo no sistema um outro completamente diferente – desde que respeitados os compromissos internacionais do país e os *jus cogens*. Por esta razão, fica aqui expressa a rejeição ao acerto da expressão poder constituinte derivado. Melhor chamá-lo de poder reformador, unicamente. Todavia, considerando que mesmo a melhor doutrina, talvez por motivos didáticos, utilize-se da expressão poder constituinte derivado, não há óbice em sua utilização, uma vez que ela já se tornou de conhecimento público nas faculdades e nos livros de Direito.

Tema instigante, que decorre da ideia de capacidade reformadora da Carta, é o da rigidez constitucional.

Primeiro, fixe-se que o poder reformador se encontra limitado pelas disposições escolhidas pelo verdadeiro poder constituinte (o originário) e constantes na Carta. Assim, só poderá atuar o poder reformador dentro dos quadros de limitação escolhidos pelo constituinte originário. Acontece que, geralmente, o exercício do poder reformador tramita de um modo mais difícil que aquele referente à reforma das normas infraconstitucionais. Constituição que assim disponha é Carta rígida.

Correlaciona-se também o tema rigidez constitucional com o prévio exercício do poder constituinte originário que, prevendo o processo pelo qual se modificará o Texto Magno posto, estabelece um critério diferenciado para que se possa efetivar tal reforma. Esclarecemos que o critério diferenciado de modificação é, no caso das Constituições rígidas, mais dificultoso do que aquele utilizado pelo poder reformador – geralmente o Parlamento – para a modificação da legislação ordinária. Assim, a doutrina francesa insiste que a previsão de um procedimento especial para a modificação da Carta é o que caracteriza uma Constituição como

9 A atual Constituição brasileira é exemplo disso quando, no parágrafo 4º do artigo 60, fixa um núcleo imutável, que se refere à forma federativa, ao voto, aos direitos fundamentais e à separação dos poderes.

10 Kant empregou o termo constitutivo para designar o que condiciona a realidade dos objetos fenomênicos. In: ABBAGNANO. *Dicionário de Filosofia*, p. 197.

rígida, anotando Bernard Chantebout¹¹ que “*Lorsqu’une telle procédure spéciale est prévue, on dit que la Constitution est rigide*”.

Konrad Hesse¹², com muita propriedade, correlaciona rigidez com mobilidade da Constituição, uma vez que esta une abertura e amplitude da normalização jurídica com determinação obrigatória. Com isso, Konrad Hesse considera imprescindível que haja uma polaridade entre o caráter determinativo-obrigatório da Carta e a indispensável abertura da mesma, sendo imprescindível uma coordenação entre os elementos rigidez e mobilidade. Partindo da tarefa de interpretar a Constituição, Hesse entende necessário verificar a coexistência de rigidez e mobilidade, ou seja, da abertura e da amplitude em face da rigidez, uma vez que as determinações obrigatórias, vistas isoladamente, poderiam levar à estagnação da vida em coletividade, pois o persistente não deve converter-se em impedimento onde movimento e progresso estão dados, senão o desenvolvimento passa por cima da normalização jurídica. O movente não deve abolir o efeito estabilizador das fixações obrigatórias, senão a tarefa da ordem fundamental jurídica da coletividade permanecerá invencível.

Konrad Hesse conseguiu, com rara exatidão, juntar conceitos contrários, como rigidez e mobilidade, estabelecendo assim a possibilidade de se manter a Carta no topo de um ordenamento jurídico nacional, sem todavia, estancar-lhe a possibilidade de modificação que propiciará à mesma o acompanhamento das mudanças sociais e a constante respeitabilidade de sua força normativa, pois, temperando-se rigidez e mobilidade, a Constituição, sem sair de seu posto mais alto, torna-se capaz de acompanhar as contingências históricas do Estado e do povo que ela quer reger. Pela temperança da rigidez com a mobilidade foi possível que as Constituições passassem a ser modificáveis, superando-se, destarte, o dogma da absoluta imutabilidade constitucional. Por isso, consideramos lapidar o entendimento de Hesse quando, ao colocar de mãos dadas rigidez e mobilidade, afirma que a Constituição deve caracterizar-se, quanto à sua modificabilidade, por “[...] aquela elasticidade relativa e aquela estabilidade relativa [...]” e completamos, nós, que esta conclusão pode ser aplicada ao constitucionalismo pós-nacional, que temperando elasticidade com estabilidade não mais cabe nos quadrantes do Estado nacional moderno.

Devemos ressaltar o seguinte: só podemos falar em rigidez constitucional quando se trata de Constituição formal, não cabendo comentários neste sentido ao dissertarmos acerca de Constituição material (ou costumeira), sendo o que depreendemos do ensinamento de Georges Burdeau quando leciona que “*Cette qualité de la constitution formelle est appelée ‘rigidité’*”. E continuando com

11 CHANTELOUT, *Droit Constitutionnel et Science Politique*, p. 41.

12 HESSE, *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*, p. 45 e 47.

Burdeau¹³, o fundamento da rigidez é a separação do poder constituinte e dos poderes constituídos, ganhando expressão tal rigidez quando é determinada a distinção entre poder constituinte originário e poder reformador. Com aguda perceptividade, Burdeau diz, inclusive, que não é só pelo processo de revisão que se pode transformar a Constituição formal, mas também pelo processo de interpretação que se dá em sua aplicação.

Historicamente, o termo rigidez levava à compreensão de que a Constituição era imutável. Isto é doutrina ultrapassada, *data venia*, e prova disto é que a Itália já foi regrada pelo chamado Estatuto Albertino, que era a Constituição do Reino da Itália, cujas disposições eram modificáveis por intermédio de leis ordinárias posteriores (*lex posterior derogat priori*). Portanto, o entendimento que devemos ter do termo rigidez mereceu reparação de todas as ordens constitucionais ocidentais e da doutrina, e devemos entender por Constituição rígida simplesmente que a Carta, apesar de ocupar o mais alto posto do ordenamento local, não é documento inteiramente imodificável, mas que simplesmente impõe, para que se efetive a mudança, um processo especial cujo trâmite legislativo é mais árduo do que aquele da modificação da legislação ordinária.

Interessante notar que a Constituição do Império do Brasil, de 1824, constituiu-se em documento *sui generis* em nossa história constitucional, isto porque parte de seu texto podia ser modificada pelo exercício do processo legislativo comum, ou ordinário, o que autoriza a doutrina a classificar tal parte de flexível, coexistindo tal bloco flexível com outro que, por sua vez, só podia ter suas disposições modificadas mediante o exercício do processo especial mais dificultoso, sendo este bloco o que podemos entender por rígido. Isso levou a Constituição de 1824 a ser chamada, quanto à sua estabilidade, de Constituição semi-rígida, ou semiflexível.

Decorre da rigidez constitucional a necessidade de evitar que normas do ordenamento infraconstitucional disponham contrariamente ao que preveem as normas da Carta Magna, dando-se assim azo para que exista, no território regido por esta Constituição, o controle da constitucionalidade.

Sendo a rigidez uma característica que só pode existir numa Constituição escrita, formalizada, e considerando que não podemos confundir o poder constituinte originário, que é inicial e não jurídico, com o poder reformador, que é constituído e pertence ao mundo do Direito posto, mister é que seja controlada, por intermédio de órgãos próprios e também constituídos, a pertinência de todo o ordenamento com os dizeres da Carta Magna. Se, por um acaso, uma dada Constituição for flexível – como o Estatuto Albertino e parte da Carta brasileira de 1824 –, isso implica aceitar que o procedimento ordinário de modificação pode alterar a Constituição; logo, em casos assim, não é detectada a rigidez do

13 BURDEAU, *Droit Constitutionnel*, p. 48-49 e 51. (Tradução nossa)

Texto Magno e, outrossim, torna-se supérflua a existência de órgão instituído, cuja função seja o controle da constitucionalidade, nem se podendo, destarte, falar em normas infraconstitucionais, pois todas no ordenamento teriam a mesma estatura que a norma posta por lei ordinária. Disso é possível lançar uma dúvida: se é verdade que uma Constituição formal, cujo processo modificatório é mais dificultoso que o da legislação ordinária, deve, por isso, ser considerada como ocupante do topo do sistema (supremacia), é também verdadeiro que uma Constituição Européia (ou Tratado Constitucional Europeu) se postaria no topo do ordenamento comunitário e se sobreporia às Constituições locais, sendo, outrossim, verdadeiro, que será necessário um controle de constitucionalidade para proteger as disposições da Carta comunitária? A resposta é: sim!

Nos termos da atual Carta Magna brasileira (art. 60) exerce-se o poder reformador somente por emendas constitucionais, com um grau de tramitação mais dificultoso do que aquele referente à tramitação das leis ordinárias e complementares. Por isso, a atual Magna Carta brasileira é rígida. Já não se encontra mais disponível no arcabouço constitucional do Brasil o processo de revisão constitucional do artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que assim prescrevia: “A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.”

O poder constituinte (originário), já dissemos, insere no ordenamento uma Carta, do zero. Ele próprio, entretanto, reside fora do ordenamento; daí a sua natureza não positiva. As disposições constitucionais acerca do processo de revisão das Cartas são constantes nelas próprias, o que quer dizer que são produtos da atuação do poder constituinte originário. No caso de este haver determinado que o processo de modificação da Lei Maior é mais intrincado do que o de modificação das leis ordinárias e complementares, teremos rigidez constitucional. Em consequência disso, estará a Constituição situada num degrau acima no desenho da pirâmide normativa: isto se chama supremacia e ela só se detecta no caso de o poder constituinte originário haver previsto que é mais difícil modificar a Constituição do que aprovar uma lei ordinária ou complementar ou modificar tais espécies (infra)constitucionais. Só se justifica o uso da expressão Lei Maior neste caso, ao dizer que a expressão Lei Maior é sinônimo de Constituição rígida e marcada pela supremacia. Consequentemente, uma Constituição não escrita, posta por um poder constituinte em constante latência, mas que não se decidiu pela formalização de uma Carta, não pode ser, pelo menos formalmente, considerada como detentora da qualidade da supremacia. É o caso da famosa Constituição

britânica¹⁴ que, não por isso, deixa de ser um monumento cultural¹⁵ daquele povo¹⁶ e um exemplo para os mundos da *common law* e também da *civil law*.

Falar de supremacia da Constituição é o mesmo que dizer que as normas da Carta são hierarquicamente superiores a todas as outras dentro do mesmo ordenamento jurídico apresentado, sendo, destarte, a supremacia – ou a hierarquia superior da Constituição – assunto inserível num texto que tem a pretensão de falar também sobre rigidez constitucional, uma vez que a referida supremacia só se identifica em Constituições que, quanto à estabilidade, mostrem-se rígidas. Tal entendimento é inerente à própria tradição ocidental advinda do constitucionalismo, razão pela qual as doutrinas dos importantes sistemas jurídicos ocidentais se mostram uníssonas na consideração de que só se garantirá supremacia à Carta se ela dispuser, em seu texto, acerca da maior dificuldade de se mudar disposições constitucionais. Vejamos a opinião de Jacques Baguenard¹⁷: “*La suprématie constitutionnelle n'existe que dans des systèmes de constitution rigides [...]*”.

Para Canotilho¹⁸, três fatores justificam a supremacia da Carta em relação às outras unidades normativas do sistema: (i) autoprímazia normativa; (ii) as

14 CARVALHO, *O mecanismo do governo britânico*, p. 27-28: “O critério para classificar uma constituição de rígida ou de flexível gira em torno do processo adotado para emendá-la. São rígidas aquelas que cercam de dificuldades a emenda ou revisão do texto. Em regra, rigidez está ligada à ideia de que existe um texto constitucional pensado como uma unidade. São chamadas de flexíveis aquelas constituições em que o processo de elaboração da lei constitucional é semelhante ao processo de elaboração das outras leis, não havendo, portanto, distinção entre lei constitucional e lei ordinária. É o caso da Grã-Bretanha, que tem a única constituição flexível em funcionamento no mundo civilizado atualmente.” Ver também: JENNINGS. *A Constituição Britânica*.

15 CARVALHO, *Op. cit.*, p. 17: “Os britânicos começaram a elaborar a sua constituição há centenas de anos e deixaram cada texto componente dela separado dos outros por séculos de distância. Além disso, construíram uma obra fragmentária, esparsa em numerosos documentos de valor e origem desiguais, que ninguém pensou em codificar.”

16 Ao comentar a respeito da perenidade constitucional existente no Reino Unido, exaltando sua grandeza, afirma Orlando Magalhães Carvalho que “[...] a constituição não controla os britânicos, mas os britânicos é que controlam a constituição.” In: CARVALHO, *Op. cit.*, p. 17

17 BAGUENARD, *La Constitution*, p. 42.

18 CANOTILHO, *Direito Constitucional e teoria da Constituição*, p. 1112: “A constituição é uma lei dotada de características especiais. Tem um brilho autónomo expresso através da forma, do procedimento de criação e da posição hierárquica das suas normas. Estes elementos permitem distingui-la de outros actos com valor legislativo presentes na ordem jurídica. Em primeiro lugar, caracteriza-se pela sua posição hierárquico-normativa superior relativamente às outras normas do ordenamento jurídico. Ressalvando algumas particularidades do direito comunitário, a superioridade hierárquico-normativa apresenta três expressões: (1) as normas constitucionais constituem uma *lex superior* que recolhe o fundamento de validade em si própria (autoprímazia normativa); (2) as normas da constituição são normas de normas (*normae normarum*) afirmando-se como uma fonte de produção jurídica de outras normas (leis, regulamentos, estatutos); (3) a superioridade

normas da Constituição são normas de normas; (iii) os poderes públicos a elas estão submetidos.

Destarte, a supremacia da Carta Magna induz à seguinte verdade: por serem rígidas, as normas constitucionais ocupam posição hierárquica superior quando comparadas às demais partículas deônticas do ordenamento jurídico posto. Com as palavras de José Alfredo de Oliveira Baracho¹⁹, constantes na nota infra, voltamos a falar sobre o que já deve ter-se firmado como dogma da modernidade constitucional: a verdade de que não há disposição linear, horizontal, entre as normas, pois elas se escalonam em pirâmides de importância; e, nesta pirâmide, ocupa a Carta Política o ápice do ordenamento posto de um Estado soberano.

Poder constituinte, Constituição, rigidez e supremacia: temas que se correlacionam, do primeiro em diante, cujas significações modernas são as que se referem a um-só povo, a uma-só força sociopolítica incidente sobre um-só território, para positivar um-só ordenamento de um-só país.

Poder constituinte na união europeia: uma significação pós-moderna

No contexto da União Europeia (UE) não é novo o tema “Constituição Comunitária”. Entretanto, nunca se chegou tão perto de aprovar, via tratado internacional, uma Carta para a Europa. Após os não da França e da Holanda à Constituição Europeia, adveio o Tratado de Lisboa que, assinado na capital lusitana, já encontrou o não do Eire. Apesar dos não aqui relatados, o constitucionalismo supranacional europeu continua em voga como prova máxima de um neoconstitucionalismo evidente.

Há obras²⁰ extremamente críticas quanto ao momento europeu, opinando no sentido de não ser possível o exercício de um poder constituinte supranacional.²¹

normativa das normas constitucionais implica o princípio da conformidade de todos os actos dos poderes públicos com a Constituição.” (Grifos do autor)

19 BARACHO, *O princípio da subsidiariedade: conceito e evolução*, p. 80: “A primazia da Constituição nos ordenamentos jurídicos, aliada à ordenação do sistema de fontes e ao princípio da hierarquia normativa, dá ao texto fundamental, como *normae normarum*, grande projecção na instrumentalização jurídica da sociedade. Como norma jurídica básica, a aplicação imediata e direta dos princípios constitucionais constitui não apenas um mandato genérico ao legislador ordinário, que deverá incorporar os princípios constitucionais ao direito positivo ordinário. Está o legislador obrigado a adequar-se ao ordenamento e aos princípios da Constituição. A Constituição é norma suprema e não apenas declaração programática, que pode ser incorretamente interpretada.”

20 CARRASCO, *Constitución Europea: un concepto prematuro. Análisis de la jurisprudencia del Tribunal de Justicia de las Comunidades Europeas sobre el concepto de Carta Constitucional básica*. CUNHA, Paulo de Pitta e. *A Constituição Europeia*. Um olhar crítico sobre o projecto, 8.

21 CANOTILHO aceitando a estruturação de uma comunidade política fora dos moldes clássicos – uma vez que é a favor da Constituição Europeia –, pugna pela existência de uma “international

As opiniões nelas constantes, bastante contundentes e bem feitas, marcam-se, contudo, pelo que pedimos vênua para chamar de “equivoco óptico”: leem um novo momento constitucional com os olhos de um antigo momento constitucional.

Por outro lado, há vasta doutrina estrangeira²² contrária à do parágrafo anterior, que propugna pela possibilidade de um poder constituinte supranacional no caso europeu, de um poder constituinte referente aos povos da comunidade.

Sobre o novo poder constituinte, Maurício Andreiuolo Rodrigues publicou²³ notáveis ideias. Já a respeito da Constituição Européia, como Projeto Valéry Giscard d’Estaing, só existem, pelo que sabemos, duas obras específicas publicadas no Brasil: uma, de nossa autoria; a outra, organizada por José Ribas Vieira²⁴, ambas defensoras da constitucionalização supranacional na Europa e, portanto, leitoras da pós-modernidade com os olhos da pós-modernidade.

Nos moldes tradicionais, um poder constituinte é tido como uma latência responsável pela feitura de uma Constituição, incidente sobre um povo, um território e uma soberania. Estas são as conclusões do constitucionalismo clássico. E não podiam ser diferentes tais conclusões, uma vez que o constitucionalismo moderno é o movimento representativo do Estado-nação que teve o delineamento de seus contornos impulsionados pela Revolução Francesa. Nesta esteira, tecem-se críticas segundo as quais:

1. o poder constituinte não poderia ser exercido por meio de tratado internacional;
2. 27 povos não poderiam produzir um poder em latência, um poder constituinte supranacional, pois o poder constituinte só pode ser alavancado por um povo para estruturar um-só Estado e nele positivar uma-só Constituição.

Ao contrário das coisas físicas e visíveis, o poder constituinte não é físico nem visível. É uma abstração desenvolvida por Sieyès e outros depois dele.

community’ como rede constituinte”. Palestra proferida no Teatro Guáira, em Curitiba, no dia 4/10/2004, sobre a temática “Constitucionalismos e Globalização”, no VI Simpósio Nacional de Direito Constitucional, organizado pela Academia Brasileira de Direito Constitucional.

22 Em notas passadas e no decorrer deste texto científico, já elencamos (e continuaremos a fazê-lo) dezenas de livros, artigos e ensaios a favor de um Direito Constitucional europeu e, consequentemente, de um poder constituinte supranacional e de uma Constituição para a Europa.

23 RODRIGUES, *Poder constituinte supranacional: esse novo personagem*, p. 183.

24 PAGLIARINI, A.C. *A Constituição européia como signo: da superação dos dogmas do Estado nacional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. VIEIRA (org.). *A Constituição Européia: o projeto de uma nova teoria constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Também são abstrações a soberania e o próprio Estado moderno; trata-se de objetos culturais.

Uma coisa se liga à outra. O poder constituinte implica a feitura de uma Constituição; uma Constituição implica a estruturação de uma comunidade política e a proclamação de Direitos Fundamentais; a soberania implica a crença do Estado delimitado territorialmente, com um governo superior e ordens respeitadas e/ou a serem respeitadas, o que, por sua vez, implica o Estado-nação da modernidade.

As implicações acima, todas elas, decorrem de abstrações, pois fisicamente não são tácteis, nem o poder constituinte, nem o Estado e muito menos a soberania. Trata-se de criações da inteligência humana que deram vazão à instituição e à manutenção do Estado moderno. Entretanto, mesmo nas coisas referentes às verdades modernas tem havido distorções, e ainda assim a doutrina constitucionalista clássica aceita inovações que, na realidade, não decorrem do criativo processo de interpretação, mas de “favores axiológicos” para justificar atitudes inconstitucionais dos donos do poder, verificando-se, então, aquilo que Andreiuolo Rodrigues chama de “jeitinho constitucional”. Já que é assim, “jeitinho por jeitinho”, nada impediria que se desse um “jeitinho” para aceitar o poder constituinte europeu como verdadeiro poder constituinte, e a Constituição Européia (ou tratado constitucional) como verdadeira Constituição. Todavia, com o perdão pelo tom jocoso, a Carta Magna para a Europa não é, em hipótese alguma um caso de “jeitinho”.

É a futura Constituição Européia um ícone representativo da nova verdade histórica: a supranacional. Neste prisma, a Carta Magna européia é uma necessidade intransponível que os tempos impuseram às comunidades de países que se juntaram naquele continente, na formação desta diferente espécie constitucional chamada União Européia. Ademais, sem favores e sem “jeitinhos”: se é indiscutível a existência de um substrato constitucional na Europa, então é possível uma Carta para o Velho Continente. E se é verdade que a UM pode se dotar de Constituição, então é também verdadeiro que nada impede o exercício de um poder constituinte supranacional.

A Constituição Européia e o seu poder constituinte não são “jeitinhos”. Baseiam-se em princípios, valores e verdades já retratados no presente texto.

Devido às necessidades dos tempos modernos para que se desse impulso à derrubada do Absolutismo, as verdades do poder constituinte originário, da soberania e do Estado moderno foram pensadas: “eureka!” Agora, para as verdades deste novo tempo pós-moderno, não são mais suficientes aquelas “velhas verdades” do constitucionalismo moderno. É como desejar inserir um motor de Ferrari, último tipo, numa carcaça de Fusca-68, ou seja: “missão impossível!”

Ciência se faz com a descrição de elementos existentes, todos eles girando em torno de um fator aglutinante que verdadeiramente justifique uma tese a ser defendida. Deste modo, ciência se fez, e muito bem, quando se identificaram os elementos que seriam os responsáveis pela construção do Estado moderno. Considerando este como uma parede, foram seus tijolos aqueles “ismos”: racionalismo, liberalismo, individualismo e constitucionalismo. Hoje, para a UM, os “ismos” são outros: constitucionalismo no pós-modernismo, supranacionalismo, cosmopolitanismo, solidarismo²⁵ e multilateralismo. Portanto, para sustentar todos estes “ismos” pós-modernos, o poder constituinte clássico de Sieyès não pode dar conta, razão por que também fazem ciência aqueles que descrevem um novo sistema, conforme os seus novos elementos constituintes, todos girando em torno de uma debutante justificativa final e aglutinadora, a Constituição supranacional que, no caso europeu, será a Constituição Européia ou um tratado constitucional que a ela minimamente equivalha.

O poder constituinte da modernidade foi o responsável pela positivação da Constituição moderna. Suas bases se assentam nas verdades do modernismo constitucional. Perguntamos: qual é a verdade para o poder constituinte europeu? Em qual poder constituinte se assentaria a Constituição Européia? Em resposta, tenha-se que a Carta para a Europa será induzida por um inédito poder constituinte que, por incidir sobre 27 Constituições e 27 Estados, representa uma inovadora forma anômala de introdução de Constituição. Mas que tal forma,

25 Solidarismo que inclui defesa dos direitos humanos, em geral, e tolerância religiosa, em particular, razão pela qual é de se afirmar que, apesar das profundas e positivas raízes judaico-cristãs da Europa, a Turquia não deve ter seu ingresso à UE rejeitado por conta do islamismo, mesmo porque não se há de esquecer que a Turquia abriga a cidade de Istambul, antiga capital do Império Romano, chamada, à época, Constantinopla. Pelo que consta nos noticiários e nos comentários, o que mais tem importado aos turcos é a defesa das instituições democráticas em seu território e o resguardo dos direitos humanos, uma vez que eles já se inseriram, economicamente falando, no modelo de Estado liberal e de tolerância religiosa. Não é paradoxal o fato de aceitarmos a Turquia numa UE de raízes judaico-cristãs pois tal diferença é posta de lado por um outro valor eminentemente europeu: o do Estado laico. Sim, dentre os valores mais caros que os europeus conseguiram preservar e que, de certa forma, faz parte do cenário comunitário e dos próprios tratados constitucionais ultimamente comentados, está o do Estado laico, característica esta que na Europa ocidental, desde a superação das chagas do Holocausto, propiciou um espectro mínimo de tolerância e respeito às minorias. Outra correlação importante é a de que, na Europa, o campo foi propício para que a crença do Estado laico e liberal se fundissem graças ao legado judaico-cristão que no Velho Mundo deixou marcas mais profundas do que em qualquer outro lugar; para Habermas, todas as religiões, em todos os lugares, deveriam se apropriar das bases normativas do Estado liberal, como foi feito na Europa, a fim de que se crie espaço para tolerância e se dê início à consagração de um contexto histórico de aceitação e convivência pacífica em vista das diferenças religiosas. Maiores detalhes das palavras do filósofo alemão In: HABERMAS. *Religious tolerance: the pacemaker for cultural rights*. Cambridge: Royal Institute of Philosophy Annual Lecture, p. 12.

apesar de anômala, pode introduzir uma nova Constituição incidente sobre 27 ordenamentos tradicionais, como os europeus, disso não temos dúvida, uma vez que, se é verdade que uma Constituição serve para estruturar uma comunidade política e proclamar os Direitos Fundamentais, então nada impede que uma Constituição incida sobre uma comunidade política constituída por 27 territórios e estruture a UM proclamando conjuntamente os Direitos Fundamentais da União Européia. É justamente esta a pretensão do Tratado Constitucional para a UM: a de beneficiá-la e de nela garantir os Direitos Fundamentais, razão por que a própria Carta de Direitos Fundamentais da União Européia esta sendo acoplada ao Tratado Constitucional.

Façamos o papel de “advogado do diabo” e desenvolvamos a autocrítica através de questionamentos que podem vir a ser objeto de dúvida. Nesta proposta, crítica 1: “O poder constituinte não pode ser exercido por meio de tratado internacional”; crítica 2: “27 povos não poderiam produzir um poder em latência, um poder constituinte supranacional, pois o poder constituinte só pode ser alavancado por um povo para estruturar um-só Estado e nele positivar uma-só Constituição”.

Acima, vemos autocríticas contra o poder constituinte para a feitura da Constituição Européia. Para defini-las, a história, o DIP e o Direito Comunitário serão panos de fundo nos próximos parágrafos.

3. O tratado internacional como veículo introdutor de norma constitucional

As comunidades que foram formando-se até chegarem à UM só se tornaram possíveis pelas disposições que os países inseriram nos tratados internacionais. E deles os povos tiveram ciência. Neles se espelham os consentimentos²⁶ dos Estados para a formação do bloco. Os tratados internacionais foram as únicas vias para a comunitarização, uma vez que têm sido eles os instrumentos por meio dos quais os Estados manifestam os seus consentimentos. O DIP não tem oferecido nenhuma outra forma de negociação e de criação de norma internacional; muito menos o Direito Constitucional, quando visto através de lentes clássicas que provocam “equívocos ópticos”. Se uma norma é internacional é porque ela decorre de tratado, do costume, de princípios gerais e de decisões, mas principalmente do pacto internacional – nos dias atuais, verdade esta ainda mais relevante no caso da UM. Como superariam os Estados europeus as suas diferenças para criar as Comunidades? Só pelo tratado. Como se daria a instituição de um Direito supranacional, válido para todos os países europeus que foram juntando-se e

26 O consentimento dos Estados é a base para que se considerem obrigados no DIP.

formando o bloco? Só pelo tratado. Como poderiam os Estados-membros da UM aceitar a jurisdição da CJCE (ou Tribunal de Justiça Europeu) e submeter os seus próprios ordenamentos aos regulamentos e diretivas? Só pelo tratado. Mesmo assim, em muitas ocasiões e em vários países, os tratados foram submetidos a parlamentos e referendos, fora o fato de terem sido postos em prática no cotidiano da vida de cada um dos cidadãos dos países do bloco. Três conclusões:

- (i) o tratado internacional foi o instrumento que deu impulso à construção da UM e do Direito Comunitário;
- (ii) nos Estados-membros da UM, em momentos distintos, mas por diversas vezes, houve consulta popular direta ou indireta;
- (iii) os europeus são minimamente cultos e bem informados, disto se podendo inferir que a comunitarização faz o gosto dos povos daquele espaço geográfico, uma vez que não se opuseram fortemente a nenhuma medida, decisão ou norma comunitária de impacto.

Dessas três conclusões, só podemos abstrair que é desprovida de fundamento a crítica de que o povo pouco participou das decisões na UM. Tal crítica é verdadeira se considerarmos que não existe uma política europeia representativa, na qual estejam presentes partidos políticos europeus.

Mas a mesma crítica não terá fundamento e não poderá ser confirmada como verdadeira se considerarmos que, para um projeto comunitário, o instrumento deve ser necessariamente o DIP, sabendo que do DIP cuidam os governos. Mas ainda assim, mesmo sendo o DIP um instrumento normativo dos governos, na UM foi diferente, pois foi criado um verdadeiro Direito Comunitário que propiciou uma espécie de representação indireta dos povos dos Estados-membros na figura institucional do Parlamento Europeu, não se devendo esquecer, tampouco, que o Conselho Europeu, órgão de cúpula política da UM, é formado também por chefes de governo eleitos pelos povos europeus.

Um tratado internacional pode inserir num sistema nacional norma de estatura constitucional, e para uma realidade supranacional, até mesmo uma Constituição inteira. No caso de Estados vistos isoladamente, um pacto pode inserir norma constitucional quando dispuser sobre Direitos Humanos. Na Holanda, nem mesmo é necessário que o pacto seja de Direitos Humanos para que este mude a Carta. Os tratados internacionais de direitos humanos inauguraram um novo paradigma para a pós-modernidade: o da supranacionalidade, o que tem afetado fortemente as ordens constitucionais nacionais.

4. Estado global ou mundo sem Estado

Mais uma concepção que poderíamos desenvolver acerca de um poder constituinte europeu (ou mundial) seria a seguinte: a Constituição moderna é fruto

produzido pelo poder constituinte originário, que é um dogma da modernidade. Tudo isto leva ao Estado moderno, que talvez seja necessariamente um Estado nacional. Não sendo a UM um Estado nacional (raciocínio este que vale para a Comunidade Internacional, como um todo), e sem parecer que tem a pretensão de sê-lo, trata-se então, na realidade, da EU e da própria Comunidade Mundial, de comunidades políticas em que se percebe o domínio das instituições comunitárias, das Organizações Internacionais, dos governos, das sociedades civis, de ONGs, da imprensa, dos sindicatos, dos poderes estatais clássicos, da comunidade que acessa a rede mundial de computadores, etc. Não seria, então, a comunidade europeia um Estado, muito menos a Comunidade Internacional; logo, não necessitariam de um poder constituinte originário, pois esta foi uma abstração criada exclusivamente para dar conta da chegada da burguesia ao poder, com a Constituição e o Estado modernos. Portanto, no caso a União Europeia, ainda seria ela uma entidade marcada pela supranacionalidade e em que não se encontram os mesmos pressupostos integrantes e justificadores do Estado nacional. Por isso, a UM seria uma espécie de projeto de Estado global, partido de uma realidade regional e a ela aplicável. Esta tese é absolutamente aceitável à medida que defende que a UM tem pressupostos próprios que não se enquadram na discussão sobre modelos de federação, de confederação.²⁷

27 CANOTILHO, *Direito Constitucional e teoria da Constituição*, p. 1.324-1.325: “Isto implica a análise do que chamamos reducionismo teórico. Não existe na Comunidade Europeia qualquer poder para legitimar a sua existência como ordem jurídica e para alterar ou alargar o seu âmbito de competências. É nisto que consiste a competência da competência. Compreende-se, por isso, que a ‘comunidade jurídica dos povos dos estados integrados na União Europeia’ não possa dispor quer da estatalidade quer da ordem constitucional dos estados-membros. Se é admissível um direito constitucional europeu já não o é um direito do estado europeu. Um poder de estado europeu neutralizaria o carácter supranacional da comunidade a favor de uma construção federal substancialmente revisora da ‘forma estadual’. Mas, por outro lado, o estado constitucional nacional tornou-se, no contexto da União Europeia, um estado constitucional cooperativo que, sem deixar de observar os padrões básicos do estado constitucional (soberania popular, divisão de poderes, garantia de direitos, primazia da constituição, superioridade da lei do parlamento), passou a incorporar competências normativas europeias. Embora a Comunidade não disponha da competência das competências, ela possui, por força dos actos convencionais e do acto global de supranacionalidade, do poder normativo de editar actos jurídicos dotados de eficácia imediata e vinculatividade igual à unitária nos países membros da Comunidade. [...] A complexidade política e jurídica criada pela comunidade jurídica dos povos dos estados integrados na União Europeia lança novos desafios à teoria da constituição. Esta terá agora de teorizar a ‘arte da forma supranacional’ e de fornecer suportes dogmáticos para a compreensão de uma nova ordem jurídica: (1) que cria direitos de aplicação preferente relativamente ao direito dos estados-membros e cujos destinatários (sujeitos de direito) são não apenas os estados mas também os cidadãos europeus; (2) que possui órgãos e poderes de decisão supranacionais (‘supranacionalismo decisório’); (3) que densifica o princípio constitucional comunitário da integração supranacional sem deixar de observar os princípios de estatalidade ou existência dos membros, da autonomia constitucional nacional e da identidade nacional dos membros europeus; (4) que articula a supranacionalidade normativa e decisória com a observância do princípio de atribuição específica de competências

Talvez a expressão Estado global implique noutra mais radical: a de mundo sem Estado ou, ainda, a de um mundo em que o Direito das Relações Internacionais seria o elemento de validade de todas as outras ordens normativas.²⁸

Aqui damos fim ao presente trabalho, opinando no sentido de ser possível a positivação de uma Constituição para a União Européia e de uma Constituição para o Mundo, afirmação esta que traz consigo a consequência de aceitarmos que se exerça um poder constituinte europeu e de um poder constituinte supranacional mundial – neste caso a partir dos *jus cogens* representados pelos Direitos Humanos Fundamentais.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi & Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

(e não de uma transferência global de competências dos estados para a ‘União’); (5) que está vinculada a princípios jurídico-materiais e a princípios de competência como os princípios jurídicos gerais incorporados em direitos fundamentais comuns aos estados membros, o princípio da subsidiariedade e o princípio da coesão social.”

28 KELSEN. La naissance de l’État et la formation de sa nationalité: les principes; leur application au cas de la Tchécoslovaquie. In: LEBEN. *Hans Kelsen: ecrits français de Droit International*, p. 27: “[...] l’État doit être considéré comme une communauté juridique comprise avec d’autres États dans une communauté juridique supreme. Et l’ordre juridique capable de constater cette communauté juridique suprême ne peut être que le droit international”. E Hans Kelsen também em: _____. *Teoria Geral do Direito e do Estado*, p. 547-548: “Uma vez que as ordens jurídicas nacionais derivam a sua validade do Direito Internacional, elas devem ser consideradas inferiores à ordem jurídica do Estado que é pressuposto como soberano em primeiro lugar e que, portanto, é o único que pode ser pressuposto como tal. Essa ordem jurídica, através da mediação do Direito Internacional, que faz parte dela, abrange todas as outras ordens jurídicas nacionais ‘delegadas’ pela ordem jurídica internacional. Essas outras ordens jurídicas nacionais são, segundo o Direito Internacional, válidas exclusivamente para as suas esferas territoriais e pessoais específicas, e podem ser criadas e modificadas em conformidade com as suas próprias constituições. Mas o Direito Internacional, que garante aos outros Estados essa soberania relativa, tem – do ponto de vista dessa interpretação – o seu fundamento de validade na ordem jurídica nacional da qual procede a interpretação. Apenas essa ordem jurídica nacional que, no que diz respeito ao fundamento de validade, e não ao conteúdo de outras ordens jurídicas nacionais, se apresenta como a ordem jurídica universal, é soberania absoluta, ou seja, apenas esse Estado é soberano no sentido original do termo. A soberania de um Estado exclui a soberania de todos os outros Estados. Essa é uma consequência inevitável da teoria do reconhecimento baseada na hipótese da primazia do Direito nacional. A maioria dos expoentes desses pareceres, porém, não os desenvolve até as suas últimas consequências. Eles concebem o mundo do Direito como uma quantidade de ordens jurídicas nacionais isoladas, cada uma delas soberana e cada uma delas contendo o Direito Internacional como parte. Por motivos já explicados, esse pluralismo jurídico é logicamente impossível”. (grifos nossos)

- BAGUENARD, Jacques. La Constitution. In: MOREAU, Jacques (Direction). *Droit Public: théorie générale de l'état et Droit Constitutionnel, Droit Administratif*. 3. ed. Paris: P.U.F, 1995. t. I.
- BARACHO,, José Alfredo de Oliveira. O Direito Constitucional Internacional. In: BRANT (coord.). *O Brasil e os novos desafios do Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BURDEAU, Georges et. al. *Manuel de Droit Constitutionnel*. 24. ed. Paris: L.G.D.J, 1995.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. "Constitucionalismos e Globalização". Palestra proferida no VI Simpósio Nacional de Direito Constitucional, organizado pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba-PR em 4/10/2004.
- _____. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.
- CARRASCO, Ricardo Miguel Llopis. *Constitución Europea: um concepto prematuro*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2000.
- CARVALHO, Orlando Magalhães. *Caracterização da Teoria Geral do Estado*. Belo Horizonte: Kriterion, 1951.
- _____. *O mecanismo do governo britânico*. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1943.
- CHANTEBOUT, Bernard. *Droit Constitutionnel et Science Politique*. 14. ed. Paris: Armand Colin, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Religious tolerance: The pacemaker for cultural rights. Cambridge: Royal Institute of Philosophy Annual Lecture, p. 12.
- HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Trad. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.
- HORTA, Raul Machado. *Direito Constitucional*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- KELSEN, Hans. La naissance de l'État et la formation de sa nationalité: les principes; leur application au cas de la Tchécoslovaquie. In: LEBEN, Charles. *Hans KELSEN: écrits français de Droit International*. Wien: Hans KELSEN Institut. Paris: (PUF) Presses Universitaires de France, 2001.
- _____. *Teoria geral das normas*. Trad. José Florentino Duarte. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.
- PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. *Constituição e Direito Internacional: cedências possíveis no Brasil e no mundo globalizado*. Prefácio de J.F. Rezek, apresentação de André Ramos TAVARES. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- _____. *A Constituição europeia como signo: da superação dos dogmas do Estado nacional*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2004.
- RODRIGUES, Maurício Andreiuolo. *Poder constituinte supranacional: esse novo personagem*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.
- TAVARES, André Ramos. O Congresso Nacional como poder constituinte, p. 329-359. In: FERREIRA, Josué dos Santos (org.). *Os meandros do Congresso Nacional: como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*. Rio de Janeiro: Forense. Brasília: Senado Federal – Câmara dos Deputados, 2001.

VIEIRA, José Ribas (org.). *A Constituição Européia: o projeto de uma nova teoria constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.